


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0002849-47.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Juros de Mora - Legais / Contratuais**
 Requerente: **Carmino Aparecido Rinaldo**
 Requerido: **Banco Itau**

 Juiz de Direito: Dr. **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor almeja ao recebimento de correção monetária, devida sobre o saldo em depósito em caderneta de poupança, quando implementado o Plano Econômico “Verão”, no ano de 1989.

O réu foi citado e contestou alegando, em síntese, a prescrição, a incompetência do Juizado Especial Cível para processar a presente demanda, a aplicação imediata de normas de ordem pública e a inexistência do direito adquirido à correção monetária.

Intimado a se manifestar sobre a contestação e em especial acerca da preliminar da prescrição, o autor silenciou (fl. 114).

Não há falta de interesse de agir, pois o autor alega que não houve crédito da correção monetária devida, enquanto o banco resiste ao pedido.

É evidente a legitimidade passiva do banco porque é ele quem responde por ter creditado correção monetária inferior à devida, não havendo qualquer razão para o Banco Central do Brasil ser parte ou intervir no processo, falecendo competência à Justiça Federal para o julgamento desta ação. Assim já decidi


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

o Superior Tribunal de Justiça (REsp 194490/SP, 4ª Turma do STJ, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, deram parcial provimento, v.u., j.25/10/1999).

Quanto à invocada prescrição da demanda ou mesmo em relação à correção monetária e juros, a matéria já está pacificada no sentido de que prescrição, *in casu*, é vintenária, não se aplicando a regra do artigo 205 e do artigo 206, § 3º, inciso III, do Código Civil ou do art. 178, § 10º, inciso III, do revogado Código Civil, vez que os juros se agregam mensalmente ao capital, perdendo a natureza jurídica de acessório (STJ AgRg no Ag 634850/SP rel. Min. **FERNANDO GONÇALVES**, 4ª Turma 06.09.2005).

No caso dos autos, as pretensões de fato estão prescritas, eis que o ajuizamento da ação se deu em 21/02/2010 (protocolo de fl.2), ou seja, há mais de vinte anos após o início do decurso do prazo prescricional da pretensão autoral (janeiro de 1989).

De todo modo, não se desvencilhou o autor de fazer prova concreta do fato constitutivo do seu direito, que comprovasse de alguma forma se ter interrompido a contagem do prazo prescricional, conforme lhe competia nos termos do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, forçoso reconhecer-se a ocorrência da prescrição na forma alegada pelo réu.

Isto posto, reconheço a prescrição da ação e **julgo extinto** o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de março de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
